

OS EX-VOTOS DO PERÍODO COLONIAL

UMA FORMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE PESSOAS E SANTOS (1720-1780)

Beatriz Helena Ramsthaler Figueiredo (PUC-SP)

Este estudo parte da análise visual de quadros de pequenas dimensões oferecidos aos santos como pagamento de promessas por bênçãos recebidas. Datam do século XVIII e foram produzidos na região aurífera de Minas Gerais. Esses ex-votos constituem testemunhos da relação do homem do período colonial com o universo divino.

EX-VOTO, BARROCO, ARTE, RELIGIÃO, MINAS GERAIS.

FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler. Os ex-votos do período colonial: uma forma de comunicação entre pessoas e santos (1720-1780). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 37-47, mai. 2011.

EX-VOTOS

Ex-votos ou tábuas votivas são quadros de pequenas dimensões oferecidos aos santos como pagamento de promessas por bênçãos recebidas na forma de milagres.¹

1. Além desses pequenos quadros, existem ainda outros tipos de ex-votos que se materializam pela representação de partes (ou do todo) de corpos humanos ou animais para demonstrar o milagre alcançado. Há também ex-votos compostos apenas de fotos e cartas com textos relatando o fato e o milagre ocorrido.

Chamam-se ex-votos, porque decorrem do voto feito ao santo pelo fiel que, em momento de angústia, recorreu ao universo divino na tentativa de ser ouvido e de ter atendido seu pedido de milagre. Após a promessa, ou seja, o voto, o fiel aguarda a realização do pedido. Quando atendido ele então oferece ao santo, como agradecimento pela graça alcançada, a feitura de um ex-voto que narra o acontecido destacando a intervenção divina. Esses pequenos quadros datados do século XVIII são a representação material dessa relação do homem com a fé. Essas 'ofertras' atravessaram séculos e hoje servem como testemunho material da história. O mais importante, porém, é que essas tábuas trazem a possibilidade de entendermos, a partir da representação material da fé, como a população recebia, apreendia e se relacionava com o discurso religioso da época.

Falamos de um período em que a Igreja católica tinha forte participação na organização social das vilas e cidades que se estabeleciam na colônia em torno da exploração da terra à procura de pedras e metais preciosos. Em sociedade e terra cheias de incertezas, a religião encontra terreno fértil para se impor como estrutura organizadora das relações sociais de um homem formado pela dualidade constante entre o apego à vida e a certeza da imortalidade da alma:

A mentalidade barroca experimenta com extremado amor o apego à vida, o profundo desgosto pela efemeridade da existência terrena, a incerteza e a ânsia enorme de salvação eterna. Apesar disso, a morte é encarada em vários registros da manifestação cultural. O homem do Seiscentos e do Setecentos havia passado pelas conquistas culturais do Renascimento, cuja mentalidade afirmara o gosto pela existência e pelas realizações heroicas e grandiosas das grandes navegações; ao mesmo tempo tinha horror declarado à decomposição do corpo, ainda que a cultura oficial insistisse na imortalidade da alma (CAMPOS, 1995, p. 6).

Sendo o registro material de parte da cultura do século XVIII, é importante que o estudo dos ex-votos ultrapasse o exercício da interpretação textual e se preocupe também com a materialidade das obras. Essas "tabletas" trazem em si a história de seu tempo contada por meio de representações informais, sem a necessária preocupação com padrões estéticos reinantes na época, pois, antes de serem objetos artísticos, eram simplesmente o agradecimento por um milagre realizado pelo santo.

A ORIGEM DA TRADIÇÃO

Para tentarmos resgatar a origem dessa manifestação temos que ter em mente, antes de tudo, que a religião em Portugal sempre foi uma mistura de elementos advindos

de diferentes culturas, como a romana e a muçulmana, entre outras. O resultado, como bem expõe Caio Boschi em *Os leigos e o poder*, foi uma religião marcada por fortes manifestações ritualísticas.

Foi uma religião exteriorista, epidérmica, caracterizada por um ritualismo festivo, tão a gosto da época, como observava Dumouriez, na segunda metade do século XVIII: quanto menos os Portuguezes são bons Christãos, mais elles são unidos ao exterior da Religião (BOSCHI, 1986, p. 22).

Essa referência ao sincretismo religioso da Igreja do período é essencial para entendermos o porquê de uma manifestação como a dos ex-votos ter conseguido atravessar oceanos e séculos e ainda hoje ecoar (e viver) nas salas de milagres de muitos templos católicos brasileiros.

Há diversas teses sobre a origem dos ex-votos, porém sabe-se de que se trata de objeto de devoção que chegou ao Brasil pela tradição dos navegantes portugueses, que tinham nessa forma de expressão a possibilidade de agradecer a determinado santo ter chegado vivo de mais uma aventura marítima (GOMES FILHO, 1993). É certo ser impossível datar e dizer qual foi o primeiro povo que ofertou, em terras brasileiras, a seus deuses, santos ou entidades divinas, seu primeiro ex-voto, porém é certo que, se essa forma de manifestação e de comunicação com o divino chegou aos dias de hoje, deve ser observada com extrema atenção, pois fala mais de seu tempo do que podemos imaginar ao passar os olhos nos pedidos e agradecimentos das salas de ex-votos de nosso país.

Os ex-votos, também conhecidos na tradição portuguesa apenas por “milagres”, trazem-nos a ideia de “promessa”: em algum momento o fiel se dirigiu ao santo (um intermediário entre Deus e os homens) e, ao tentar uma comunicação com o sagrado, prometeu materializar em forma de ex-voto o agradecimento por graça que pudesse vir a ser alcançada. O voto é a representação material de sua fé.

Sua difusão aconteceu mais fortemente, segundo Neves (2003, p. 29), após o Concílio de Trento, que teve como objetivo maior reforçar as bases da Igreja católica contra o crescimento do protestantismo. Com essa orientação dogmática, propôs-se aos fiéis a ideia de compor os votos não com pedaços de corpos ou imagens esculpidas, mas com pequenos quadros que exprimissem de maneira simbólica o milagre recebido.

Na busca da origem dessa tradição do oferecimento dos ex-votos em terras brasileiras, conseguimos fixar o século XVIII como os primórdios dessa prática (NEVES, 2003, p. 34). Essa tradição pode ter chegado ao Brasil por meio dos navegantes, que há muito faziam uso desse ritual para agradecer aos santos a sobrevivência em segurança a uma simples viagem ou a um acidente ou naufrágio.

Em *Histórias de célebres naufrágios do Cabo Frio*, Elísio Gomes Filho (1993, p. 35), destaca o temor que os homens do mar tinham de morrer sem enterro digno que pudesse salvar suas almas, pois acreditavam que “as almas penadas das pessoas que sucumbiam a naufrágios ficariam a perambular pelo Oceano Atlântico”. Promessas e votos tornavam-se então um conforto em alto-mar.

Outra característica comum na tradição dos ex-votos é serem encontrados até hoje, a maioria em locais de peregrinação. A relação do fiel com seu ex-voto não termina necessariamente ao depositá-lo em local predeterminado. Até hoje se tem notícias de pessoas que voltam aos centros de peregrinação para visitar seus antigos ex-votos. Trata-se de relação individual com o santo, mas que se coletiviza nos rituais religiosos e na exposição do ex-voto em uma sala de milagres. A história de alguém com determinado santo, tão particular, tão pessoal, torna-se pública para que todos possam testemunhar o milagre recebido.

Assim como outras manifestações religiosas, os ex-votos foram muitas vezes criticados pela própria Igreja, que, em determinados momentos, os julgava excessivamente profanos. A Igreja, porém, teve de se acostumar com essa e outras manifestações que, no decorrer da história, com mais ou menos intensidade, nunca deixaram de existir.

Os ex-votos podem ser considerados documentos visuais que registram a vida na colônia, como tão bem define Castro (1994, p. 9) ao afirmar que são como “cenários que constituem uma crônica visual dos costumes da época” – expressão da arte popular, fato histórico e fenômeno religioso, conclui a autora. Ao remontar sua origem, passando também pelas antigas civilizações greco-romanas, ela pontua um dado interessante sobre a coleção de ex-votos que a imperatriz Teresa Cristina trouxe ao Brasil e que hoje se encontra no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Faz ainda citação do poeta e teatrólogo Artur Azevedo quando, em 1904, em visita a Minas Gerais, se deparou com os ex-votos expostos em uma igreja e comentou:

Antigamente ninguém escapava de qualquer enfermidade ou perigo a não ser por obra e graça do santo ou santa de sua particular devoção ao qual ou à qual fazia uma promessa – e o primeiro cuidado do devoto, passada a crise, era mandar pintar um pequeno quadro comemorativo (...) Essas pinturas são todas de uma ingenuidade teratológica – alguma coisa entre as iluminuras dos manuscritos persas do século XVI e os calungas dos anúncios que a municipalidade complacente deixa escandalizarem o bom gosto nas ruas da capital (CASTRO, 1994, p. 9).

Esse tipo de colocação nos faz refletir sobre os valores sociais da época e sobre como podem ser interpretados e representados pelas pessoas de seu tempo. Ao tornar-se material que atravessa os tempos, podemos olhar os ex-votos mais do que como promessa – eles se fazem documento; um documento estético sobre conversa íntima do fiel com o santo; um documento que traduz em sua representação gráfica (imagem representada, texto e material utilizado) muito de seu tempo. Na tentativa de materializar o agradecimento pelo milagre e assim perpetuar sua gratidão por ter sido “ouvido” pelo santo invocado, o fiel produz um documento que pode ser interpretado em qualquer momento da história.

Chartier (2005) inicia seu livro *Inscrever & apagar* fazendo interessante reflexão sobre o medo do esquecimento presente em determinado momento histórico, mas que pode ser, tranquilamente, também traduzido para qualquer tempo da história humana:

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da es-

crita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens (p. 9).

Chartier propõe que não dissociemos a análise das significações simbólicas de um documento das formas materiais que as transmitem. É nesse tipo de proposta que se baseia este estudo.

MATERIAL UTILIZADO E TIPOLOGIA

Os ex-votos do século XVIII encontrados em Minas Gerais possuem características comuns que devem ser cuidadosamente estudadas para evitar classificações simplistas do material ou da técnica utilizada.

Trata-se de quadros de pequenas dimensões (em geral variando de 13 a 30cm, na maioria retangulares ou quadrados, com poucos detalhes entalhados, molduras simples (quando existem), em geral pintados em têmpera ou a óleo.

Têmpera é um tipo de pintura largamente difundida na Europa dos séculos XIV e XV. De forma bastante simples, é técnica em que pigmentos de terra são misturados a uma espécie de cola natural feita com ovos. Por secar rapidamente, não permite a gradação das cores em muitos tons. Sua cor brilhante pode também ser acentuada com o acabamento em verniz. Na história da pintura, essa técnica foi gradualmente substituída pelo uso da tinta a óleo.

Ao encontrarmos em um mesmo período ex-votos produzidos por meio da técnica de pintura em têmpera e a óleo, observamos o uso de diversos recursos para tal produção e constatamos que os realizados pela pintura a óleo parecem mais conservados ainda hoje.

Os ex-votos escolhidos como objeto deste estudo são os representados por pinturas datadas de 1720 a 1780. São 20 os selecionados para a pesquisa. Eles fazem parte do conjunto de ex-votos tombados pelo Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico em dezembro de 1980 e hoje se encontram expostos na Sala dos Ex-votos do Santuário de Bom Jesus do Matosinho, em Congonhas do Campo, MG.

Nos 20 ex-votos selecionados para este trabalho, podemos perceber que os produzidos por pintura a óleo retratam ambientes adornados, camas com dosséis, pessoas brancas e, tanto quanto é possível visualizar, bem-vestidas. Essa descrição não nega o mesmo tipo de incidência em ex-votos pintados em têmpera, porém (talvez simplesmente por serem em maior número) nestes encontramos maior incidência de negros retratados e de representação de ambientes mais simples. Essas são apenas suposições possíveis decorrentes de análises visuais dos ex-votos. Elas se relacionam com os campos da religião, da história da arte, da história cultural, da antropologia, da semiótica e da comunicação, entre outros. Cada um desses campos de análise, muitas vezes, ao tentar responder a perguntas, cria infinidades de novas questões (figuras 1 e 2).



Figuras 1 e 2: Ex-votos de pintura a óleo e em têmpera. Figura 1: pintura a óleo; destacam-se cama adornada e pessoa branca. Figura 2: pintura em têmpera; destacam-se cama simples e pessoa negra Fotos: André Fossati

Quanto ao tipo de letra utilizado nas legendas dos ex-votos selecionados, o padrão é a cursiva, ora muito bem desenhada, como as que encontramos em documentos escritos da época, ora bastante primárias, o que poderia indicar que eram vários os artífices responsáveis pela produção dos ex-votos.

Os ambientes retratados são em geral internos (quartos na maioria), e sua variação se dá por cores ou por adornos dos móveis – algumas camas apresentam dosséis e/ou entalhes, outras são extremamente simples –, mas há também alguma relação com a pessoa representada. Mulheres e homens brancos em geral aparecem em ambientes ou camas mais adornados, e homens e mulheres negros em ambientes mais simples. Isso também não é regra, mas constatação de número maior ou menor de incidências.

Poucos são os quadros em que são identificáveis as roupas usadas pelas pessoas representadas nas cenas. Nos poucos casos em que isso é possível podemos também perceber certa diferenciação entre classes, e algumas legendas nos confirmam essa impressão, como a da Figura 3: “MERSE, que fes o Senhor bom jesus dematozinhos, adona Ana Barboza demagalhains, *mulher do capitão* João Peixoto, estando grave mente enferma...” [grifos meus].

Quanto aos motivos que fazem as pessoas se voltarem para os santos à procura de milagres e ofertarem seus ex-votos, na maioria são as doenças e os acidentes (muitas situações em que são desenganadas pelos médicos e salvas pelos santos).

Percebe-se também um padrão na distribuição dos elementos da representação: a cena real ocupa geralmente o lado esquerdo do quadro, o espaço sagrado é representado no lado direito, muitas vezes no canto superior, e a legenda é sempre colocada na parte inferior. Há pouquíssimos casos em que esses espaços aparecem invertidos (o sagrado do lado esquerdo da tela, por exemplo), evidenciando que a produção desses ex-votos também obedece a padrões estilísticos próprios.

Este estudo partiu de algumas perguntas pontuais: Quem são as pessoas que se utilizam dos ex-votos como recurso de diálogo com os santos católicos? Em que momentos procuram a ajuda do santos? Quais os santos evocados para cada tipo de situação? Como se representam os fatos e os milagres recebidos? Em que tipo de ambiente esse contato com o “sagrado” acontece? Os ambientes e locais retratados dizem alguma coisa

Figura 3: Ex-voto para Bom Jesus de Matosinhos
Foto André Fossati



sobre essas pessoas? Qual a incidência dos ex-votos entre brancos e negros e entre homens e mulheres? Há um perfil comum que é possível ser percebido? Há que destacar, porém, que algumas dessas questões talvez não possam ser comprovadas por documentos e que algumas respostas possam apenas gerar novas indagações, pois se trata aqui de uma análise de fonte visual sem documentos que comprovem existir um padrão estilístico e regrado para suas representações simbólicas. Valemo-nos, contudo, da observação de Jorge Luis Borges, citada por Chartier (2005, p. 11):

Art happens (a arte acontece), mas a ideia de que nós nunca decifraremos até o fim o seu mistério estético não se opõe ao exame dos fatos que a tornaram possível". Entre estes "fatos", as relações entre a criação literária e as materialidades da escrita não são de menor importância.

Para desenvolver tal estudo, o primeiro grande desafio foi o de entender mais profundamente a dinâmica e o funcionamento da sociedade colonial mineira do século XVIII.

A SOCIEDADE COLONIAL MINEIRA

O catolicismo foi elemento fundamental na doutrina do poder que orientou os processos de colonização da região das Minas Gerais no século XVIII. Os membros da Igreja, no entanto, tornaram-se ameaça ao monopólio da Coroa portuguesa diante da extração do ouro. Determinou-se a proibição de padres representantes das Ordens Primeiras em todo o espaço geográfico que compreendia a região do ouro, em que hoje temos o Estado de Minas Gerais, "sob a alegação de que estes (os religiosos regulares) eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por insuflar a população ao não pagamento de impostos" (BOSCHI, 1986, p. 3). Esse fato, ao invés de diluir a força da religiosidade, reforçou a presença da fé na sociedade colonial. Data de 1746-1747 o surgimento das primeiras Ordens Terceiras (formadas por leigos que contratavam diretamente seus padres e que se organizaram em irmandades). Nessa região, as irmandades foram quase substituídas do poder público no que diz respeito à organização social das vilas. A história das irmandades, segundo Boschi (1986, p. 1), "se confunde com a própria história social das Minas Gerais do Setecentos". Elas são as responsáveis pela construção das igrejas mineiras do século XVIII, monumentos históricos de suma importância para a cultura e a história bra-

sileiras. Faz-se necessário o entendimento da formação e dinâmica dessas irmandades por serem elas criadas por leigos, os mesmos que fazem uso de outras práticas religiosas, como os ex-votos, objeto deste estudo.

Nas Minas, diferente do litoral, onde encontramos fortificações, os inimigos do Estado são os contrabandistas de ouro e os sonegadores de impostos. Contra os sonegadores, não há necessidade de demonstração ostensiva de força, por isso também não há presença de fortes ou quartéis. As ações do governo português para essas localidades eram outras – a primeira delas, a expulsão dos representantes diretos da Igreja e a proibição das Ordens Primeiras; a segunda, a proibição da comercialização do ouro em pó. Com isso, o governo garantia o controle sobre a exploração do ouro e a obrigatoriedade do pagamento do quinto (correspondente a 20% de todo o ouro tirado das minas). Proibido o comércio do ouro em pó, o explorador precisava levar o que extraía das minas para a Casa de Fundição, que o transformava em barras, já retirando o quinto, enviando para a Coroa portuguesa.

Para entendermos o poder da Igreja nesse contexto vale salientar que estamos falando de uma população analfabeta e, conseqüentemente, de uma sociedade pautada na oralidade, repetidora do *costume*, hoje traduzido como “tradição”. As celebrações religiosas, em que os padres tinham a palavra, reafirmaram para a Igreja o poder de organização social dessas comunidades. O problema é que, em muitos casos, os oficiais da Igreja estavam discursando contra a Coroa, ao se posicionar nitidamente contra o recolhimento de impostos e que também atingiam seus negócios particulares (que muitos padres tinham) e até a arrecadação do dízimo nas cerimônias religiosas. Esse é o momento em que a Coroa decreta a expulsão das ordens religiosas regulares da região do ouro.

As Ordens Primeiras e Segundas, também chamadas de ordens regulares, são aquelas formadas pelos religiosos do sexo masculino e feminino, respectivamente. Na estrutura hierárquica da Igreja “além desses religiosos, existia ainda o clero secular ou diocesano, com seus bispos, cônegos, vigários-gerais, párocos e outros sacerdotes” (CAMPOS, 1998, p. 12).

As Ordens Primeiras são as de religiosos jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas e “destacam-se na evangelização e alfabetização das populações” (CAMPOS, 1998, p. 12). As Ordens Segundas são aquelas formadas por freiras. Tanto as Ordens Primeiras quanto as Segundas “formam o clero regular, que faz voto de castidade e de clausura” (Idem).

As Ordens Terceiras são formadas por leigos que se subordinam a uma Ordem Primeira. As Ordens Terceiras são autorizadas a funcionar pelas ordens regulares. De forma simplificada, podemos defini-las como irmandades leigas que escolhem um padroeiro, pedem autorização e seguem determinadas regras, recebendo orientação de uma Ordem Primeira. Em geral essas irmandades criaram uma espécie de legislação específica em que destacam seus direitos e deveres. Essas associações acabaram por adquirir poder diferenciado numa sociedade em que qualquer tipo de agremiação política era terminantemente proibido pela Coroa.

Boschi (1986, p. 12) conceitua as irmandades, afirmando que “foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Com elas, o catolicismo e a Igreja católica amoldam-se à realidade na qual se propagam”. O mesmo autor as apelida de “verdadeiras famílias artificiais” (Idem). As irmandades, nesse contexto social e político, tornam-se responsáveis pelas tarefas assistenciais e espirituais. “Em síntese (...) funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social” (p. 14).

Filiar-se a uma irmandade era muito mais do que obrigação; era uma necessidade de formar grupos que pudessem organizar e estruturar seus respectivos contextos sociais. É comum encontrar irmandades até hoje definidas pelo ofício de seus membros (irmandade dos comerciantes, dos escritores, dos artesãos, etc.) ou pela estratificação social (irmandade dos negros, dos mulatos, etc.). A cada irmandade se associa um santo que a representa, seja pela cor da pele, seja pela atividade de seus membros.

Não há como determinar exatamente a data da criação da primeira irmandade mineira, mas é certo afirmar que os vilarejos estabeleciam-se e cresciam em volta de suas respectivas capelas. Está aí, no surgimento desses templos, o início das ações de cada irmandade.

As primeiras igrejas, assim como os povoados que as circundavam, eram de arquitetura simples e material frágil, como a taipa e o pau a pique, mas logo “recebiam reforços de madeira de lei, tornando-se, por isso, os únicos elementos estáveis naquela sociedade embrionária. Em outros termos, cabe dizer que, simbolizando estabilidade, as capelas representaram segurança para todos aqueles que arribaram à região das minas” (BOSCHI, 1986, p. 22).

A ideia da estabilidade e da segurança passa a ser importante ao descrevermos uma sociedade que estava em plena formação, com aventureiros chegando de diversas partes do mundo à procura, única e exclusivamente, de riquezas em um ambiente estranho e hostil. As pessoas tinham necessidade de se “agrupar” e se “ajudar” mutuamente. Os locais desses encontros em busca da sonhada “segurança” foram as capelas erguidas nos vilarejos, que se tornaram também centros de vida social. Religião e vida social caminhavam lado a lado numa sociedade que necessitava de amparo para a vida material e para a alma.

Nas Minas Gerais, ao se constituírem e se organizarem, extrapolando suas funções espirituais, as irmandades tornaram-se responsáveis diretas pelas diretrizes da nova ordem social que se instalava e, a exemplo dos templos e capelas que construíram, elas espelharam o contexto social de que participavam. Nesse sentido, precederam ao Estado e à própria Igreja, enquanto instituições. Quanto ao primeiro, quando a máquina administrativa chegou, de há muito as irmandades floresciam (...) Por seu turno, a Igreja não teve tempo nem condições para se impor, como instituição, no novo território. Nos primeiros tempos, sua ação foi desencontrada, individualizada. Quando poderia se estabelecer, o Estado a impediu, através de toda uma legislação restritiva. Assim, não restou à Igreja outro recurso senão atrelar-se às associações leigas, mais para

a prática de seus ofícios do que para uma política evangelizadora. Até mesmo a construção dos templos não ficou sob sua responsabilidade. Foi também obra de leigos (BOSCHI, 1986, p. 23).

Nesse momento, a divisão e o escalonamento social não eram tão claros, pois, como observa Vasconcellos (1968, p. 29), “os escravos não se apartam muito de seus donos quanto ao sistema de vida. O trabalho é um só: a cata; as dificuldades, as mesmas; a alimentação, igual; o convívio, permanente”.

Esse era o contexto do surgimento das irmandades mineiras. Assim a elite cultuava o Santíssimo no altar-mor, e as irmandades menos privilegiadas cultuavam seus santos de devoção nos altares laterais de um mesmo templo. Era quase impossível alguém conseguir viver à margem dessa sociedade corporativa. As irmandades eram parte integrante da formação social local, e isso fazia com que as pessoas dos povoados estivessem, de uma forma ou de outra, atreladas a alguma delas. Sobrou ao Estado acompanhar de perto e tentar controlar, na medida do possível, as ações dessas agremiações por meio das inúmeras legislações vigentes.

Boschi faz uma afirmação interessante sobre o papel das irmandades nessa sociedade:

Embora teoricamente a invocação e o culto dos santos tenham sido incentivados por decretos reformistas do Concílio de Trento, eles correspondiam a reivindicações essencialmente imediatistas e temporais, retratando o caráter intimista e familiar do culto. Os santos poderiam, dessa forma, ser considerados “símbolos da verdade racial e social do Brasil”: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia eram invocações dos negros não apenas pela afinidade epidérmica ou pela identidade de origem geográfica, mas também pela identidade com suas agruras. Os “santos dos brancos” – supunha-se – não saberiam compreender os dissabores e os sofrimentos dos negros (BOSCHI, 1986, p. 26).

Enquanto a vida urbana na região das minas se organizava inicialmente pelo advento da extração do ouro, outras formas de trabalho floresciam, como o comércio, as tropas, as atividades ligadas à administração e à manutenção da ordem, as próprias irmandades, enfim, atividades que deram respaldo à exploração da região. O signo da região, apesar das atividades relacionadas ao ouro, era a pobreza. Difícil era fazer fortuna com a exploração do ouro naquele momento. O vilarejo não tinha total liberdade; não tinha, aliás, liberdade alguma, pois estava totalmente submetido às ordens e à fiscalização da Coroa. Enquanto o Estado exercia o poder político de fiscalizar as atividades, eram as irmandades que se responsabilizavam pelas funções sociais dos vilarejos.

No mundo português do Antigo Regime a sociabilidade das capelas modelava a vida social das comunidades. Na demarcação do poder, o funcionamento litúrgico das capelas mantidas por irmandades ou por agentes familiares consagrava as posições políticas e sociais dos fiéis, e promovia o sentimento de corpo. Assim não somente exprimiam a hierarquia social do poder, mas contribuíam com eficácia para a sua construção e representação. O ritual costumeiro da missa assumia um papel político de disciplinar as vontades dos as-

sistentes, angariar respeito para os poderosos e conferir autoridade (ANDRADE, 2007, p.155).

O intuito final deste artigo é propor uma reflexão sobre formas de manifestação da fé na sociedade mineira do século XVIII, pelo estudo dos ex-votos que, mais do que obras artísticas, foram originalmente meios de comunicação entre os homens e o universo divino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Francisco Eduardo de . *A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais*. Varia História (UFMG. Impresso), v. 23, 2007.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. A morte, a mortificação e o heroísmo: o “homem comum” e o “santo” na capitania das Minas. *Revista do IFAC*, v.2, Ouro Preto: IFAC, 1995.
- _____. *Cultura barroca e manifestações do rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998.
- CASTRO, Márcia de Moura e. *Ex-votos mineiros*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever & apagar*. São Paulo: Unesp, 2005.
- GOMES FILHO, Elísio. *Histórias de célebres naufrágios do Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Texto e Arte, 1993.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Um mundo encantado: religião e religiosidade ao fim do período colonial. *Oceanos*, n.42, Lisboa, abr.-jun. 2000.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade, ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

Beatriz Helena Ramsthaler Figueiredo é mestre em história social pela PUC-SP.